



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013
EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO ATUALIZADA
Resolução TC 15/2013, de 13/11/2013 - Anexo III, Item 3

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004, alterada pelas leis nº 12.640, de 15 de julho de 2004; nº 12.842, de 30 de junho de 2005; nº 13.323, de 16 de outubro de 2007; nº 13.722, de 20 de fevereiro de 2009; nº 14.228, de 13 de dezembro de 2010 e 14.725, de 10 de julho de 2012.

Lei da Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Lei nº 12.594, de 3 de junho de 2004, alterada pelas leis nº 12.843, de 30 de junho de 2005; nº 13.656, de 4 de dezembro de 2008; nº 13.810, de 19 de junho de 2009; 14.340, de 1º de julho de 2011; nº 14.556, de 26 de dezembro de 2011 e 14.703, de 18 de junho de 2012 e Lei nº 15.011, de 20 de junho de 2013;

Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Lei nº 12.595, de 4 de junho de 2004, alterada pelas Leis nº 12.844, de 1º de julho de 2005; nº 12.963, de 21 de dezembro de 2005; nº 13.374, de 21 de dezembro de 2007; nº 13.442, de 5 de maio de 2008; nº 13.810, de 19 de junho de 2009; nº 14.340, de 1º de julho de 2011; 14.557, de 26 de dezembro de 2011 e 14.673, de 22 de maio de 2012; Lei nº 15.013, de 20 de junho de 2013 e Lei nº 15.014, de 20 de junho de 2013.

Lei que dispõe sobre o valor dos subsídios dos auditores substitutos e de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Lei nº 14.019, de 26 de março de 2010 e Lei nº 14.926, de 21 de março de 2013.

Lei que dispõe sobre o valor dos subsídios dos membros do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Lei nº 14.020, de 26 de março de 2010 e Lei nº 14.926, de 21 de março de 2013.

Leis que dispõem sobre o valor da remuneração dos procuradores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Leis nº 14.032, de 31 de março de 2010; nº 14.673, de 22 de maio de 2012 e nº 14.832, de 22 de novembro de 2012.

Lei que dispõe sobre abono pecuniário para os servidores premiados com o Programa Merecer.

Lei nº 15.012, de 20 de junho de 2013.

Elaborado em 17/01/2014 por:

Isaac de Oliveira Seabra - TC0883
Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças